

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.203 - PR (2019/0325585-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : DEZAINY ASSESSORIA DE COBRANÇA LTDA
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO ZANON - PR022210
MARCUS VINICIUS GINEZ DA SILVA - PR030664
RECORRIDO : FERNANDO CAMPOS MARTINS
RECORRIDO : LUZIA GRANDINI CABREIRA TEIXEIRA
ADVOGADO : FERNANDO CAMPOS MARTINS - CURADOR ESPECIAL -
PR059688

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por DEZAINY ASSESSORIA DE COBRANÇA LTDA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE COTA CONDOMINIAL. AGRAVO RETIDO. AUSÊNCIA DE PEDIDO DE APRECIÇÃO EM RAZÕES OU RESPOSTA DE APELAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. ART. 523, §1º DO CPC.

A ausência de pedido expreso para apreciação do Agravo Retido, interposto no curso da demanda, impossibilita o conhecimento do recurso, quando da apreciação da Apelação, conforme previsão do art. 523, §1º do Código de Processo Civil.

EMPRESA ESPECIALIZADA EM COBRANÇA DE TAXAS CONDOMINIAIS. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO POR TERCEIRO NÃO INTERESSADO. PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL. INTELIGÊNCIA DA NORMA DO ART. 206, §32, INCISO IV DO CÓDIGO CIVIL.

O direito ao reembolso por terceiro não interessado que, em razão de contrato firmado com o Condomínio, antecipa o pagamento de taxas de responsabilidade de condômino inadimplente, prescreve em 3 (três) anos (art. 206, § 39, IV, Código Civil brasileiro), perdendo a sua natureza jurídica de taxa condominial, afastadas todas as características a ela inerentes.

AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO.

RECURSO 1 DESPROVIDO.

RECURSO 2 PREJUDICADO." (fls. 565/566)

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 189, 192, 196, 205 do Código Civil, 12, § 2º, da Lei n. 4.591/64, 6º da LINDB, 585, II,

1.314, 1350 do CPC/15 e dissídio jurisprudencial, sustentando, em síntese, que a cobrança de taxas condominiais prescreve em 10 (dez) anos.

Contrarrazões apresentadas às fls. 879/896.

É o relatório.

De início, é importante destacar que o Tribunal de origem afastou, na espécie, a aplicação da tese firmada no Recurso Especial Repetitivo n. 1.483.930/DF, sob o argumento de que não se trata da cobrança de cotas condominiais, as quais prescreveriam 5 (cinco) anos, mas de demanda fundada na proibição de enriquecimento ilícito, submetida, portanto, ao art. 206, § 3º, IV, do Código Civil. Destaca-se do acórdão do TJPR proferido em sede de juízo de retratação:

"Chega-se a essa conclusão porque, nos casos em que há a antecipação de cotas condominiais por empresa especializada na cobrança e inadimplemento pelo condômino, o débito perde a natureza jurídica de taxa de condomínio.

(...)

Inclusive, as diferenças apontadas acima foram exhaustivamente abordadas por ocasião do julgamento dos Recursos de Apelação, como se depreende do trecho a seguir:

"Ocorre que, no caso em tela, situação sui generis, em razão de contrato firmado com o Condomínio, empresa especializada em cobrança (terceiro não interessado) obrigou-se a antecipar as cotas não adimplidas por condôminos perdendo o débito a natureza jurídica de taxa condominial uma vez que já foi quitada.

Trata-se, portanto, de pleito de reembolso das quantias despendidas por terceiro não interessado, objetivando afastar o enriquecimento ilícito, situação para a qual o prazo prescricional aplicável é o de 3 (tres) anos previsto pela norma do art. 205, 3º inciso IV, do Código Civil, verbis:" (fls. 917/919)

Contudo, embora a dívida objeto de cobrança possa ter perdido sua natureza de *taxa condominial* - pois já não é mais reclamada pelo condomínio, mas por terceiro em sub-rogação contratual -, o fato é que o débito não deixou de ser líquido, nem perdeu sua inscrição em instrumento particular (boleto emitido com base em convenção condominial). Por essa razão, o prazo prescricional adequado à espécie é o de cinco anos, previsto no art. 206, § 5º, I, do Código Civil.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO MONITÓRIA AJUIZADA COM BASE EM CHEQUES PRESCRITOS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ.

1. A arguição, em recurso especial, da tese de negativa de prestação jurisdicional deve vir acompanhada da indicação de quais pontos restaram omitidos, contraditórios ou obscuros no acórdão recorrido, sob pena de a deficiência das razões atrair o óbice da Súmula 284/STF.

2. Compete ao juiz, na condição de destinatário final da instrução probatória, indeferir as provas consideradas inúteis à resolução da controvérsia. Conclusão das instâncias ordinárias, quanto à desnecessidade de produção de prova oral, insuscetível de reexame em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão de cobrança de dívida líquida constante de documento particular. Precedentes.

4. Demanda reexame de provas infirmar a conclusão das instâncias de origem no tocante ao manifesto intento protelatório de segundos embargos de declaração opostos pela parte insurgente em face do mesmo decisum. Incidência da Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 853.505/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 25/04/2018)"

Assim, tendo em vista que os débitos cobrados datam de 1998 a 2001, o ajuizamento da ação em 25/10/2012 ocorreu quando já consumado o prazo prescricional.

O acórdão estadual fica mantido, portanto, embora por outros fundamentos.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos) para R\$ 1.980,00 (mil novecentos e oitenta).

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator